

CAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Juliete Victor Pereira Guedes¹
Ricardo William Guimarães Machado²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre as pessoas que vivem em situação de rua, com foco na análise dos processos sociais que configuram a sociabilidade deste segmento, com pesquisas bibliográficas através de autores que já trabalharam com esse tema. As expressões da questão social que é o objeto de trabalho do Serviço Social é algo que devido ao capitalismo e ao neoliberalismo vêm aumento nos últimos anos, e uma dessas expressões se reflete nas pessoas que vivem em situação de rua. O motivo da escolha do tema de pesquisa se deve pelo pouco estudo aprofundado em relação a essa população, bem como o conhecimento das principais categorias de análise para compreensão e discussão dentro das ciências sociais. Esse texto trará reflexões acerca da relação entre População em Situação de Rua na sociedade capitalista, tão agravada pelas expressões da Questão Social.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Capitalismo; Expressões da Questão Social.

Abstract: The present work aims to discuss about people living on the streets, focusing on the analysis of social processes that configure the sociability of this segment, with bibliographic researches by authors who have already worked with this theme. The expressions of the social issue that is the object of work of Social Work is something that due to capitalism and neoliberalism has increased in recent years, and one of these expressions is reflected in people living on the streets. The reason for choosing the research theme is due to the little in-depth study in relation to this population, as well as the knowledge of the main categories of analysis for understanding and discussion within the social sciences. This text will bring reflections about the relationship between Population in Street Situation in capitalist society, so aggravated by the expressions of the Social Question.

Keywords: Homeless Population; Capitalism; Expressions of the Social Question.

INTRODUÇÃO

O tema que este trabalho abordará se reflete a uma dessas expressões da questão social, sendo a pobreza, a miséria vivida pelas pessoas que se encontram em situação de rua, que é um termo usado oficialmente para definir os andarilhos,

¹ Graduanda no curso de Serviço Social da Faculdade Redentor de Paraíba do Sul.

² Assistente Social no Centro Pop Magé (2020). Professor do curso de Serviço Social da Faculdade Redentor (2019). Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (2017). Especialista em Políticas Sociais pela UNIGRANRIO (2016). Graduado em Serviço Social pela UNIABEU (2012).

pardais, trecheiros, entre outras pessoas que usam a rua como “casa”, e que nos últimos tempos vem sendo discutida por diversas políticas públicas, devido uma grande necessidade de intervenção da assistência social, educação, habitação, saúde entre outras políticas sociais necessárias.

A terminologia População em Situação de Rua (PSR) será utilizada no decorrer deste trabalho, tomando como base alguns pesquisadores desse tema, esses que utilizam desse termo em suas pesquisas, defendendo seu uso, como por exemplo Silva (2009). A PSR que são frequentemente excluídos da sociedade têm muitas das vezes dificuldade de acesso aos direitos que lhes são garantidos pela Constituição Federal de 1988, pela Política Nacional de Assistência Social, pelo decreto 7.053 de 2009.

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009: p.1)

As PSR na sociedade acabam por serem excluídas, discriminadas, por não se encaixarem ao padrão social imposto, como não ter moradia regular, emprego, uma vida seguida de regras no dia a dia. Algumas de suas características dizem respeito tem ao rompimento com o vínculo familiar, a extrema pobreza, ausência de trabalho assalariado, resultando em indivíduos sem moradia regular, usando da rua como “casa”. (SILVA, 2009)

No Brasil existem diversas expressões da questão social que por meio delas é gerado a desigualdade na sociedade capitalista, como a pobreza, o desemprego, a fome, sendo definida por Iamamoto como:

(...) conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 27)

Devido aos variados processos como o neoliberalismo, a precarização do trabalho, a globalização, há assim um crescimento de pessoas vivendo em situação de rua, não só nos grandes centros urbanos, como também sendo observado em várias regiões do Brasil, nessa metamorfose do mundo do trabalho, com a

desproletarização, subproletarização através de trabalho temporário, parcial, terceirizado. (ANTUNES, 2007)

O intuito dessa pesquisa é o conhecimento da realidade acerca desses indivíduos, do trabalho desenvolvido em tempos de uma sociedade cada vez mais moldada pelo capitalismo, bem como as ações e respostas que são feitas para a proteção, atenção e viabilização dos direitos dessas pessoas.

Para compreendermos o fenômeno população em situação de rua que se configura como resultado das expressões da questão social como a exclusão, o desemprego, a desigualdade social, a violência dentre outros, é necessário remeter-se ao contexto histórico do capitalismo.

Entender a contradição capital/trabalho, bem como a relação entre burguesia e proletariado, do sistema capitalista de produção. “Capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. Assim é que o processo de produção capitalista é um processo de relações sociais entre classes.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.59). Nos últimos tempos e especialmente na atual conjuntura que estamos vivenciando nesses meses com a pandemia do novo coronavírus, as condições da PSR está alarmante, uma população que sofre com distintos modos de exclusão e desigualdade social em um cenário de uma extrema pobreza.

Refletir sobre a PSR e seus desdobramentos com as mudanças do capitalismo – comercial, concorrência, financeiro/monopolista, as crises econômicas chegando a uma reestruturação produtiva com o agravamento da precarização do trabalho e da vida social, havendo o agudizamento das expressões da questão social repercutindo na expansão da PSR.

Este artigo fará um apanhado histórico do capitalismo e seus desdobramentos ao longo dos anos, trará a gênese da questão social até a contemporaneidade e como suas expressões assolam a sociedade, tendo como foco a população em situação de rua, um grupo entre homens, mulheres, jovens, idosos que vivem em extrema pobreza, por consequência de todo contexto histórico perpassado.

A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A questão social emerge em meio ao contexto histórico da sociedade capitalista, onde uma parcela da população apropria-se da riqueza socialmente produzida, encontrando-se “no caráter coletivo da produção da apropriação privada

do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.” (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Um cenário de industrialização que promove várias transformações produtivas em uma relação capital/trabalho, ocasionando o fenômeno do pauperismo e organização da classe trabalhadora.

A sociedade capitalista é marcada por desigualdades econômicas e sociais decorrentes da estrutura social que lhe dá sustentação: a divisão em classes sociais, com interesses antagônicos, ou seja, a classe dos detentores dos meios de produção, que controla o trabalho e se apropria da riqueza socialmente produzida, e a classe dos detentores da força de trabalho, que sobrevive e se reproduz pela venda dessa força. (SILVA, 2009, p.173)

O processo de mudança da sociedade para uma cultura capitalista se deu devido à organização social, o aumento das trocas e o crescimento do individualismo.

O capitalismo surge após a desestruturação do feudalismo, transformando os elementos sociais em mercadoria. Torna-se dominante e evolui gradativamente, transformando as relações de trabalho, bem como o setor produtivo, rompendo com as relações do sistema feudal. (NETTO & BRAZ, 2006)

Desta forma nasce duas classes distintas, a burguesia que detém os meios de produção e o proletariado que vende sua força de trabalho para atender suas necessidades. A venda da força de trabalho se fazia necessária no contexto de industrialização, através do trabalho em fábricas e a exploração do trabalhador assalariado se materializando no acúmulo de capital.

No final do século XVIII o capitalismo emerge como um sistema econômico e político, como também social constituído pelo proletariado urbano e a burguesia industrial, tendo como base a propriedade privada dos meios de produção. Mediante as transformações históricas ao longo de um processo, o capitalismo possuiu em seu desenvolvimento diversas características, a principal delas é o lucro, a livre iniciativa privada, acumulação de capital, economia de mercado e divisão de classes na sociedade.

As transformações do capitalismo ao longo dos anos apresentam diversas etapas, se caracterizando pelas relações econômicas, pela luta de classes entre burguesia e proletariado, pela estrutura produtiva dentre outros fatores que surgem no decorrer de seu desenvolvimento.

Para o domínio do capital é necessário relações de produção que tem seu fundamento através Revolução Industrial com as grandes indústrias, com o

surgimento da classe operária, do trabalhador assalariado. Com a introdução de máquinas como ferramenta de trabalho, a produção era ditada pelo seu ritmo, com o aumento da produção ao passo que a força de trabalho era desvalorizada, e o capital cada vez mais valorizado.

O capitalista ignora que o preço normal do trabalho envolve também uma determinada quantidade de trabalho não retribuído e que precisamente este trabalho não retribuído é a fonte normal de onde provém seu lucro. Para ele, a categoria tempo de trabalho excedente não existe, pois aparece confundida na jornada normal de trabalho que crê pagar com salário. (MARX, 1975, p.461, *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.56)

Nesse sentido o trabalhador assalariado passa a se submeter às imposições dos detentores do capital, sendo cada vez mais explorado em decorrência da necessidade de se manter no emprego.

O sistema capitalista é dividido em estágios, o primeiro deles entre o século XVI ao século XVIII na idade moderna, é conhecido como capitalismo comercial ou mercantil de acumulação primitiva com o controle da produção de mercadoria, ligado as grandes navegações, as conquistas de território, contribuindo para o início do sistema financeiro, da produtividade, do desenvolvimento urbano e da expansão do comércio. (NETTO & BRAZ, 2006)

Nesse período o capital começa a substituir a terra, passando a ser a fonte principal de riqueza, com o aumento do comércio gerando um crescimento na produção, como o artesanato, e também da exploração de prata e ouro. Dessa maneira a acumulação de capital era através do trabalho humana, da exploração, e do lucro do comércio. O capitalismo comercial foi essencial para o desenvolvimento capitalista, devido ao acúmulo de capital concentrado nas mãos da burguesia, e a partir disso ocorreu a Revolução Industrial.

“Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção.” (POCHMANN, 2016, p.22). Onde há o segundo estágio do capitalismo, o concorrencial, chamado também de clássico ou liberal, existindo entre a metade do século XVIII ao século XIX. “A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente possibilidades de negócios que se abriram aos pequenos e médios capitalistas (...).” (NETTO & BRAZ, 2006, p.172).

O mercado mundial surge neste capitalismo concorrencial, como também se iniciam as lutas de classes, entre a burguesia que detém os meios de produção e o

proletariado, os trabalhadores que vendem sua mão de obra. Essas duas classes que no decorrer dos anos seguintes, com a evolução do capitalismo, se farão presentes no contexto histórico. “As lutas de classes influem fortemente no desenvolvimento das forças produtivas”. (NETTO & BRAZ, 2006, p.173). Nesta fase ocorrem os primeiros protestos violentos devido à exploração dos trabalhadores pela burguesia através das intensas jornadas de trabalho sem quaisquer garantias.

A partir do século XIX o capitalismo entra em uma nova fase conhecido como financeiro ou monopolista, devido à concentração, o domínio do capital e do mercado nas mãos de uma empresa ou poucas empresas, nesse caso oligopólio, com a compra das indústrias mais fracas ou até mesmo de uma fusão para eliminar a concorrência.

(...) o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica (...) ao mesmo tempo em que potência as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismo, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. (NETTO, 1996, p. 15).

Este processo teve forte progresso econômico no crescimento da Revolução Industrial, tendo início na crise de 1929 e se estende até a contemporaneidade, através de uma expansão da produção e do consumo tendo impacto na economia.

NETTO (1996) aponta a forma de organização do capitalismo financeiro para um processo de exploração com o intuito de obter mais lucro, sendo nesse contexto a mensuração e caracterização das expressões da questão social. O monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva (SWEEZY, 1977; 304 apud NETTO, 1996, p. 17).

O sistema bancário e crediário têm o seu papel redimensionado, como garante NETTO (1996), sendo o centro, caracterizando o capitalismo financeiro pelo crescimento em torno de ações de empresas, concessão de créditos, dívidas, juros, enfim, para se manterem é preciso que os bancos entrem financeiramente atuando na economia, com investimentos ou empréstimos. (...) a constituição da organização monopolista obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados. (NETTO, 1996, p. 16).

O capitalismo financeiro ainda conta em sua característica, associado a globalização, ação de transnacionais e de multinacionais, um alinhamento de grande

parte dos países em relação aos padrões de consumo. Diante disso ao final do século XX o capitalismo sofre mais um desdobramento, o capitalismo informacional.

(...) o fator histórico mais decisivo para a aceleração, encaminhamento e formação do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas consequências formas sociais foi/é o processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, de modo que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como capitalismo informacional. (CASTELLS, 1999 p. 36)

Tendo origem depois da segunda guerra mundial e marcado pela terceira revolução industrial, com empresas relacionadas à tecnologia da informação, com os conhecidos hoje em dia celulares, internet, *Facebook*, *Google*. O Estado nesse processo de transformação tem um papel fundamental:

Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, a falta de escolas, a incapacidade física, etc.) e assim enfrentadas. (NETTO, 1996, p. 28).

Desse modo foi se pensando novas formas de se manter o capitalismo, e o Keynesianismo foi uma estratégia, onde o Estado intervisse no controle da produção, como investimentos, o que não era feito anteriormente. Passando a ideia do Estado de Bem-Estar social, dessa maneira o capitalismo passa a se modificar.

O Estado de Bem-Estar Social caracteriza-se pela intervenção estatal nos setores econômicos, sociais e culturais, com o seu “bem-estar” protegido por meio de serviços sociais organizados pelo Estado, enquanto o modelo liberal, seu antecessor, por outro lado, só tinha a obrigação de manter os indivíduos livres e iguais (BUFFON & COSTA, 2014, p.106)

Devido ao fato de haver uma regulação social e um igualitarismo propagado pelo Estado de bem-estar social, houve questionamento, acreditando que prejudicaria o desenvolvimento, a vitalidade da concorrência, bem como a liberdade dos indivíduos. Sendo a desigualdade era vista como algo favorável e imprescindível. (ANDERSON,1995)

Em 1973, com a crise econômica “todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo.” (ANDERSON,1995, p.2).

Desse modo o ideário neoliberal começa a ter espaço, uma nova roupagem do liberalismo surgindo como uma forma contrária ao Estado de Bem Estar social, que

emerge nos países desenvolvidos nos anos 80 e nos países subdesenvolvidos nos anos 90, logo após a segunda guerra mundial.

(...) se constituiu de um conjunto de conceitos políticos e econômicos voltados ao capitalismo. Defende a não intervenção do Estado na economia com o argumento de que a livre concorrência gera o crescimento econômico, que, por sua vez, desenvolverá o país socialmente. (BUFFON & COSTA, 2014, p.112).

Essa nova face do liberalismo tem algumas características, como um Estado mínimo para a sociedade, com o enxugamento de gastos como na saúde, na educação, tendo o controle dos mesmos, com menos gastos em serviços sociais para se manter máximo para o capitalismo. Outra característica são as privatizações das empresas estatais, o livre mercado, onde o Estado não deve intervir e sim facilitar as negociações entre as empresas.

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade são diversas as expressões da questão social que perpassam a sociedade, de modo que a precarização do trabalho, bem como a globalização contribuíram para o seu agudizamento.

A questão social, enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. (IAMAMOTO, 2001, p.10)

A desigualdade presente no Brasil, e em outros países que está relacionada à má distribuição da renda da população, é um grande problema que necessita de atenção e soluções imediatas, pois acarreta as diversas consequências para a sociedade levando as expressões da questão social: a fome, a pobreza, o desemprego, a violência, dentre outros.

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBEK, 2001, p. 35)

Porém o problema da questão social ocasionado pela contradição capital e trabalho, onde há o acúmulo de capital e condições não dignas para a população sobreviver, acarretou a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida.

A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.73)

O mundo passou por várias transformações industriais em seu processo de desenvolvimento, sendo necessário estruturar-se de maneira diferente para atender as novas exigências do mercado industrial. As indústrias ao longo de anos organizaram-se de modos distintos em relação a produção como forma de controle do lucro. Para compreender melhor esse processo três importantes modos de produção devem ser destacados: Fordismo, Taylorismo e Toyotismo.

O Taylorismo foi idealizado por Frederick W. Taylor em meados do século XIX, e o Fordismo, criado por Henry Ford, ambos com base no Estado de Bem Estar, tendo como características a produção em massa, com direcionamento aos recursos e ao estoque, funcionários tendo apenas uma função de trabalho, as demandas eram coletivas. (ANTUNES, 2007)

Em meados dos anos de 1960 no modo de produção fordista, houve diversos problemas como a diminuição da produtividade e conseqüentemente afetando a produtividade. “(...) essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez” (HARVEY, 2008, p. 135), que na produção em massa dificultava a flexibilidade, impossibilitando o crescimento de mercado.

Desse modo surge a acumulação flexível, uma forma de combate a rigidez fordista, que “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” (HARVEY, 2008, p. 140).

Até o início dos anos 1970 o capitalismo vivenciou os anos de crescimento, conhecido como anos dourados. Porém é nesse período que há uma crise produtiva, com a estagnação tecnológica gerando assim a queda de produtividade e conseqüentemente um declínio da lucratividade, um enfraquecimento do taylorismo/fordismo, no âmbito financeiro ocorre grande crescimento com autonomia relativa, o capital é mais concentrado devido as fusões empresarias, como também a redução dos gastos públicos sendo essa responsabilidade passa para o setor privado

gerando assim as privatizações, flexibilizações, desregulamentações. (ANTUNES, 2007).

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2007, p.33)

Nesse sentido houve a necessidade de reestruturar o modo de produção para uma resposta à crise financeira, “uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas (...)” (MOTA, 1995, p.65) , ou seja modificando a estrutura organizacional da produção e da sociedade, tanto das máquinas quanto do trabalho com visões diferentes a administração da mão de obra, tendo como exemplo a participação do trabalhador no controle de qualidade, obtendo assim uma visibilidade individual e não mais coletiva.

A reestruturação produtiva tem como um dos seus componentes a automação de base microeletrônica, que comporta uma variedade de equipamentos que possuem em comum o fato de se conectarem a um computador, que controla e comanda as operações das máquinas-ferramenta ou processamento de dados. (SILVA, 2009, p. 74).

Logo se pode destacar a substituição do trabalho vivo, o ser humano, pelo trabalho morto, as máquinas, ou melhor, a diminuição, visto que o trabalho vivo não pode ser extinto, pois para o capitalista crescer é necessário que o haja trabalhadores que produzam mais-valia. Com tudo entra em cena o modelo Toyotista de produção, substituindo o taylorismo/fordismo,

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronometro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. (ANTUNES, 2007, p.24)

Esse novo modo de produção tem várias características, podendo ser citado: o aumento da produção sem o aumento do número de funcionários; um trabalhador mais qualificação e polivalente, ou seja, que desempenhe várias funções na empresa; a valorização do trabalhador de modo a incluí-lo levando em conta suas ideias; o sistema “Just in time – na hora certa” que consiste em produzir o necessário conforme

a demanda com agilidade; a flexibilização da produção tendo segundo Antunes “uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...]” (ANTUNES, 2007, p.49).

A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada quanto governamental. (IAMAMOTO, 2001, p.20)

Todo esse processo desencadeou o desemprego estrutural, segundo Ricardo Antunes (2006) o mundo do trabalho, nos países avançados no capitalismo, sofreu grandes transformações tecnológicas na década de 80, refletindo na representação política e sindical e como também na produtividade e a inserção da classe-que-vive-do-trabalho.

A “flexibilidade” sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo, etc. Atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego. Estabelece-se uma ampla competitividade no cenário internacional e a qualidade dos produtos é erigida como requisito para enfrentar a concorrência. (IAMAMOTO, 2001, p.19)

Com o aumento do desemprego há uma criação de uma grande parcela de trabalhadores excedentes, conhecidos como exército industrial de reserva, “fonte de enriquecimento individual do capitalista e acelera sua própria reprodução no curso da acumulação” (SILVA, 2009, p. 66).

Esse exército industrial de reserva pode ser uma população flutuante sendo ou não requisitado pelo mercado de trabalho, população latente esses que vem da zona rural em busca de emprego, população estagnada com ocupações irregulares, trabalhadores esses que são induzidos ao subemprego e ao desemprego, levando ao pauperismo. (SILVA, 2009)

Outra consequência está relacionada à valorização da individualidade, os trabalhadores passam a não se verem como coletivos e sim como adversários, enfraquecimento da coletividade, gerando uma competitividade. Uma estratégia do capital, acabando com a organização dos trabalhadores.

A contradição capital/trabalho gera a desigualdade social que tem como consequência as diversas expressões da questão social como o desemprego, a pobreza extrema, a fome, a miséria, o analfabetismo, a violência, quem vem

agravando com o passar dos anos surgindo novas expressões como a fragilização dos laços familiares, saúde mental comprometida, uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, vínculos familiares fragilizados e/ou interrompidos, aumento do tráfico, da violência doméstica, do abuso de menores, como também crescimento dos trabalhos informais e da precarização das políticas públicas. E na contemporaneidade, fruto do pauperismo produzido pelo capital surge profissões como:

Catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; “avião” – vendedores de drogas; minhoqueiros – vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da casa – cuidando de carros ou pedindo esmolas, as crianças mantêm uma irrisória renda familiar; pessoas que “alugam” bebês para pedir esmolas; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas; etc. (MACHADO, 2014, p.43)

Diante de todas as expressões da questão social, cabe salientar que:

A pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social de uma condição de classe e de outras condições reiteradas da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. (YAZBEK, 2001, p.34)

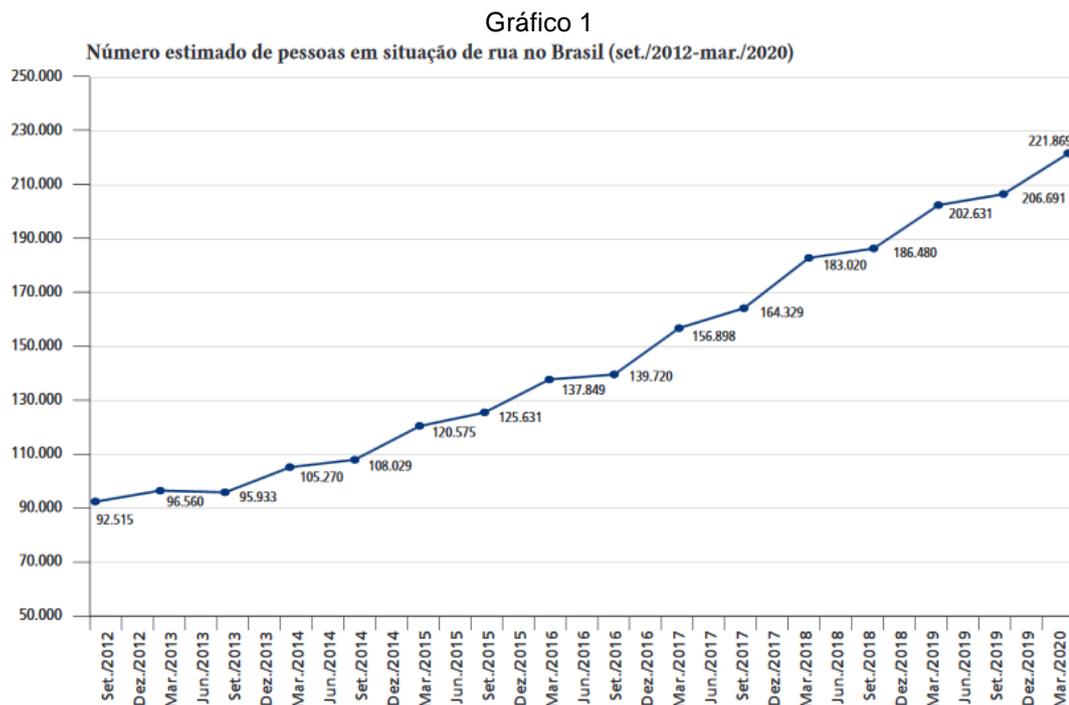
E a PSR é um grupo vulnerável de pouca visibilidade que sofre com o preconceito, a discriminação, a falta de condições mínimas para sua sobrevivência, enfim com as desigualdades sociais existentes na sociedade, expressas na contradição da relação capital/trabalho, necessitando de políticas sociais que possam lhes dar condições mínimas de subsistências.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO SOCIAL

Na nova ordem societária o homem é um trabalhador livre, e aos que não detém os meios de produção, a venda de sua força de trabalho é o que lhes resta para prover seu sustento e de sua família.

Quando abordamos a questão social, não estamos tratando dela propriamente dita e sim de suas expressões que são encontradas nas desigualdades ocasionadas pelo desenvolvimento capitalista de produção, relacionada com a acumulação do capital, onde o contexto de pouca oferta de trabalho propicia a existia de um exército industrial de reserva. Nesse sentido se materializa o desemprego, a violência, a fome, o pauperismo, o analfabetismo, como também na situação de rua, que segundo o IPEA, (...) cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em

março deste ano (...). Entre as pessoas sem moradia estão desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carros e vendedores ambulantes. (IPEA,2020, s/p). Podendo ser observado no gráfico a seguir que demonstra desde setembro de 2012 a março de 2020, uma população brasileira em situação de rua que vem crescendo chegando a cerca de 221.869 de pessoas em situação de rua, segundo Natalino (2020).



Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Fonte: Natalino (2020, p. 10)

Nesta perspectiva entramos no debate do fenômeno da População em Situação de Rua (PSR), que no Brasil, seu debate teve início em São Paulo, em 1992 durante o Rio-92, encontro internacional simultâneo à Cúpula Mundial do Meio Ambiente. (BRASIL, 2009). De acordo com o decreto nº 7.053/2009 da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR)

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p.1)

A PSR é considerada heterogênea, devido ao fato de serem “pessoas de origens, interesses, vinculações sociais e perfis socioeconômicos diversificados, por isso não constituem um único grupo ou categoria profissional” (SILVA, 2009, p.123), ou seja, indivíduos com realidades distintas que compartilham as desigualdades sociais, a falta de moradia - utilizando assim a rua como “casa”, os rompimentos com os vínculos familiares, a extrema pobreza, bem como a exclusão.

O fenômeno população em situação de rua, expressão utilizada para definir pessoas que por algum motivo sem encontra em vulnerabilidade social e morando na rua, implica “[...] ter aí o seu habitat, o que promove uma reutilização dos espaços públicos, conferindo-lhes novos significados. Passa a se realizar no domínio da rua, o que habitualmente faz parte do domínio da casa.” (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p.131 apud BRASIL, 2009, p.68), podendo a qualquer momento este estado ser modificado.

Logo Prates et al diz que “estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua.” (2011, p.194), isso quer dizer que o indivíduo naquele momento está passando um momento de dificuldade, de extrema pobreza, sem moradia, mas não necessariamente quer dizer que essa situação é permanente, desse modo é correto dizer pessoas em situação de rua e não moradores de rua.

O termo “população em situação de rua”, utilizado em documentos oficiais do estado brasileiro, abrange um conjunto de significados que contempla um grupo bastante heterogêneo, como os andarilhos, trecheiros, pardais, dentre outros sujeitos que fazem da rua seu principal espaço de convivência. (ABREU & SALVADORI, 2015, p.1).

A pobreza extrema marca a PSR, no qual vivenciam as condições precárias de trabalho e de vida com a ausência de moradia, o desemprego, em pauperismo expresso em uma sociedade excludente e de grandes desigualdades, como também “sofrem muitas discriminações, sendo impedidas de entrar em diversos locais e de realizar atividades que necessitam ou desejam.” (BRASIL, 2009, p.98). E esses grupos de pessoas configuram-se como: “imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, (...). Ressalte-se ainda a presença dos chamados “trecheiros”: pessoas que transitam de uma cidade a outra.” (META, 2008, p. 8). E (...) “variam entre o andarilho solitário, famílias que habitam pontes, viadutos, parques ou terrenos baldios, loucos de rua que vivem sozinhos e pequenos grupos que permanecem em locais mais ou menos fixos” (...) (PRATES et al, 2011, p.193)

Aprofundando a questão da PSR relacionada às expressões da questão social que perpassam a sociedade, SILVA (2009) aponta que “o pauperismo é a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para trabalhar, mas que não são absorvidos pelo mercado; dos órfãos e filhos de indígenas e dos incapazes para o trabalho.” (SILVA, 2009, p.100).

No sentido de compreender a caracterização do fenômeno PSR Silva (2009) apresenta alguns aspectos, o primeiro deles as determinações diversas como a estrutural caracterizada pela inexistência trabalho, renda e moradia dentre outros; o biográfico tendo haver toda a história do indivíduo; e os fatores naturais como, por exemplo, inundações.

A distinção da PSR como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade com as lutas e conquistas sociais, como também o crescimento econômico houve mudanças nas condições dos trabalhadores. Como também a localização da PSR nos grandes centros urbanos por haver uma maior intensidade de circulação de capital, conseqüentemente aumenta o número da população em situação de rua, são características dessa população.

Outro aspecto diz respeito ao preconceito atrelado ao valor moral e dignidade e atribuído pela sociedade às pessoas que se encontram em situação de rua, sendo taxados como sujos, vagabundos, bandidos, pedintes, doentes mentais, indesejáveis, dentre outros;

As particularidades vinculadas ao território resultante de valores, hábitos e traços culturais, geográficos, econômicos do regional que repercute na estratégia e tempo de estadia na rua, na representação socioeconômica. Como também a tendência de naturalizar as PSR, algo comum e natural para a sociedade moderna que necessita apenas de controle para não atrapalhar a ordem burguesa, configuram essa população.

A Pesquisa Nacional traz algumas maneiras de distinção da população em situação de rua, de como é a vida dessa população, chegando a conclusão essas pessoas dormem “na rua, calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, praia, barco ou em outro local que pudesse ser caracterizado como “rua” ou albergue, abrigo, casa de passagem, ou outra instituição [...]”. (BRASIL, 2009, p. 20).

Nos resultados da Pesquisa Nacional em relação ao perfil da população em situação de rua, o sexo masculino com cerca de (82%), predomina em relação ao sexo feminino e a maior parte dessa população está entre pardos e pretos (67%).

Esse grupo com nenhuma ou pouca formação escolar tendo concluído até o primeiro grau corresponde cerca de (88,9%). (BRASIL, 2009, p.86). Segundo essa Pesquisa Nacional, os principais motivos que levam as pessoas a estarem nessa situação são “problemas de alcoolismo e/drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,8%).” Existe outro fator que é preciso ser levado em consideração que é “opção de moradia” em razão de se sentir livre, uma “liberdade” que a rua proporciona o que pode explica a escolha de sair para viver nas ruas e permanecer. (BRASIL, 2009)

As pessoas em situação de rua são uma população vulnerável suscetíveis há diferentes tipos de doenças, pois não possuem condições mínimas para uma higiene pessoal, por exemplo, e “de forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo o uso constante de álcool.” (VIEIRA, et al, 1992, p.137).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “[...] a saúde é o resultado das condições de alimentação, habitação, educação renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.” (BRASIL, 1986 apud BRASIL, 2009, p. 111). Necessidades básicas que a pessoas em situações de rua não obtém, por diversos motivos entre eles à discriminação, a invisibilidade, preconceito e a desigualdade social, que dificultada entre tantas outras coisas a utilização e o acesso aos serviços de saúde oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PSR é reflexo de um contexto histórico vivenciado pela sociedade, no qual o capitalismo, que visa o lucro, e suas diversas fases teve e ainda tem um papel crucial no agudizamento das expressões da questão social, expressado em um cenário de desigualdade social, na contradição capital/trabalho.

Na atualidade, podendo ser observado nesse tempo de pandemia que estamos vivenciando com o novo coronavírus, aonde a PSR vem enfrentando grandes dificuldades em relação a prevenção, informação e proteção ao Covid-19. Sendo consequência da falta de acesso aos mínimos sociais, como por exemplo, água, sabonete, álcool, que para muitos é algo simples e de fácil acesso, mas que para a PSR é um tanto complexo.

Nesse sentido, para enfrentamento das expressões da questão social que assola a PSR é necessário à intervenção do Estado com políticas sociais, como políticas de saúde e assistência social, onde haja a garantia de direito e os mínimos sociais, ou seja, condições dignas para essa população. Sendo proporcionado através de ações mediante projetos e programas sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, D; SALVADORI, L. V. **Pessoas em situação de rua, exclusão social e rualização**: reflexões para o serviço social. 2017. Disponível em https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_188.pdf. Acesso em 20 set 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

BRASIL, Presidência da República. **Política Nacional para População em Situação de Rua**. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009

BUFON, M.; COSTA, B. J. **Do Estado de bem-estar social para o neoliberalismo**. Rev. Estudos Legislativos, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 103-127, 2014

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2008

IAMAMOTO, M. V. **O Brasil das desigualdades**: “questão social”, trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. In: ABEPSS. Questão Social. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2014

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

MACHADO, T. **População em Situação de Rua**: Uma Relação Marcada por Preconceito e Estigma. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

META, Instituto. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua:** Sumário executivo. Rio de Janeiro: 2008.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social.** Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90, São Paulo: Cortez, 1995.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). 2020. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em 20 set 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização:** a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64

PRATES, J. C. Prates F. C. ; Machado S. **Populações em situação de rua:** os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R. & ROSA, C. M. M. (org.). **População de Rua:** Quem é, Como Vive, Como é Vista. São Paulo: Editora Hucitec. 1992.

YAZBEK, M.C. **Pobreza e exclusão social:** expressões da Questão Social no Brasil. In: ABEPSS. Questão Social. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.